



# Conferência Regional do Nordeste

2017



**POR** | Partido  
Operário  
Revolucionário



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETARIAS  
**MASSAS**

# Índice

Apresentação .....	03
Resolução sobre a situação nacional .....	05
Resolução sobre o Nordeste.....	22
Resolução sobre o movimento estudantil.....	26



# Apresentação

O folheto ora editado contém os documentos apresentados, discutidos e aprovados na Conferência Regional do POR no Nordeste, realizada em fevereiro deste ano. Tais documentos representam um esforço de elaboração acerca dos principais problemas da situação política nacional, da intervenção no movimento estudantil e da economia e estrutura social do nordeste. Na resolução sobre a situação nacional, o leitor verá que destacamos a caracterização do governo Temer como um governo de crise, nascido de um golpe institucional apoiado pela grande burguesia e avalizado pelo imperialismo. Que a queda do PT, no processo de impeachment, deveu-se à sua incapacidade de atender plenamente aos anseios da burguesia em responder à debacle econômica com medidas duras de ata que às condições de vida das massas. E que a tarefa imediata dos explorados consiste em erguer a Frente Única Sindical para proteger-se dos golpes de um governo antinacional que conseguiu centralizar as frações burguesas em torno de suas reformas antipopulares.

Seguem-se ainda as resoluções sobre o movimento estudantil e sobre o Nordeste. A primeira resulta da experiência viva da participação nos recentes movimentos de ocupação (nas escolas públicas e nas universidades), ocorridos em função da falência da escola e da reforma destruidora do ensino médio, aplicada pelo MEC. A segun-

da é uma síntese da rica discussão, realizado na própria Conferência, sobre o atraso econômico, os desequilíbrios regionais e o papel das oligarquias no Nordeste.

A edição deste folheto, como de outros, é parte obrigatória da paciente tarefa de desenvolver o programa da revolução proletária. O quadro atual da situação política no Brasil, marcado pela feroz ofensiva da burguesia, seus partidos e instituições sobre as conquistas da classe operária, a falência histórica do reformismo petista e o predomínio da política de colaboração de classes no seio dos explorados, impõe a necessidade de defender o partido marxista-leninista-trotskista.

# Resolução sobre a situação nacional

1. A crise econômica no Brasil alcançou elevado patamar. Reflete, com suas particularidades nacionais, a crise mundial capitalista que atinge agora seu maior pico desde a Segunda Guerra Mundial. O aprofundamento da recessão, que se intensificou com a brutal queda do PIB nos últimos dois anos, depois de registrar crescimento próximo de zero em 2014, se transforma em aberta paralisação e regressão de forças produtivas. A queda no volume do comércio exterior; as demissões na indústria, nos bancos e comércio, que elevaram o exército de reserva a mais de 12 milhões de desempregados; a brutal queda dos investimentos, assinalando a falta de confiança dos capitalistas em uma recuperação a curto prazo da economia; a redução dos lucros de grandes empresas e o fechamento de inúmeras pequenas; a alta do dólar, malgrado a existência de elevadas reservas de moeda forte no BC, e as pressões inflacionárias que têm reduzido o poder de compra dos salários são elementos que apontam o quadro atual de grave crise econômica. O setor de serviços e o agronegócio, que no passado sustentaram os empregos e as exportações, não mais o puderam fazer no último período. O esgotamento do mercado mundial, que derrubou o valor das commodities; o endividamento da população que reduziu as demandas do mercado interno; a progressiva dependência

de grandes empresas dos investimentos estatais para continuarem lucrando etc põem em evidência o quanto as relações de produção burguesas, isto é, a grande propriedade privada e o mercado, se tornaram um bloqueio ao livre desenvolvimento da produção apoiada na avançada técnica. O endividamento público e sua relação com o PIB atingem níveis extremos, consumindo uma soma gigantesca do orçamento federal. O contínuo aumento da dívida, verificável também em toda a economia mundial, significa que o Estado não pode mais continuar seu funcionamento habitual sem a drenagem de quantias trilionárias de mais-valor para financiar o parasitismo financeiro. Confirma-se a tese marxista de que imperialismo é a etapa de agigantamento do Estado-rentista e da especulação financeira.

2. O Governo Temer prossegue a diretriz iniciada nos anteriores governos burgueses, incluindo o nacional-reformismo petista, de sacrificar volumes cada vez maiores dos recursos do Estado para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Sua diferença consiste em levar ao extremo a decisão de estrangular estados e municípios, por meio da centralização dos recursos nacionalmente arrecadados, via impostos e contribuições. A redução progressiva do montante a ser distribuído regionalmente, através do fundo de participação dos estados e municípios, tem levado à falência da quase totalidade das unidades da federação. A crise financeira que atinge os estados, e fizeram inúmeros deles decretarem situação de emergência, resultou em colapso de serviços e sacrifício do funcionalismo por meio de atrasos e parcelamento de salários. A renegociação das dívidas estaduais com a união obrigará estes últimos a aplicarem integralmente, em seus entes federados, ajustes com o fim de reduzir gastos, destruir conquistas e demitir servidores. A crise atual expõe com cores nítidas toda a incompatibilidade entre o pagamento da monumental dívida pública, que beneficia banqueiros, financistas e os monopólios, e a vida das massas explo-

radas.

3. A tese de que o desenvolvimento da crise deveu-se à má gestão dos governos petistas, à ocultação de dados da economia aos investidores etc é falsa de cima a baixo; corresponde ao esforço dos setores golpistas em arrastar as massas para o apoio às medidas antipopulares do ajuste fiscal. Os governos do PT responderam à crise, que se desenvolvia desde 2008, com medidas de socorro estatal às empresas, abertura de linhas de crédito, programas de proteção ao emprego subvencionada pelo tesouro, isenção de impostos, incentivo ao endividamento familiar, ou seja, com ações ditas “anticíclicas” que elevavam o endividamento público para manter o mercado aquecido e salvar os capitalistas. Essa via de enfrentamento da crise, porém, esgotou-se e fracassou. O avanço da recessão econômica demonstrou que a marcha da crise era poderosa demais para ser contida por medidas que não fossem de destruição de forças produtivas e profundo ataque à vida das massas. Oscilando entre as pressões da burguesia e a necessidade de manter programas assistencialistas, ainda que com cortes orçamentários, o Governo Dilma se colocou de forma tímida e insuficiente pelo caminho do ajuste fiscal com destruição de direitos. Dessa forma, encontrou-se em um impasse. À medida que a crise progredia e ampliavam-se os choques com parte da burguesia e das classes médias, a base parlamentar do petismo foi se esvaindo. Para a maior parte dos capitalistas, tratava-se de um governo incapaz de submeter-se plenamente a seus ditames. Assim estiveram dadas as condições para a queda de Dilma. O Governo usurpador de Temer, imposto a partir do golpe institucional que encerrou o ciclo petista, tomou para si a tarefa de implementar a fundo um pacote de reformas antinacionais e antipopulares. Encontrou condições para fazê-lo, graças à relativa centralização alcançada entre os partidos oligárquicos no congresso, sob a liderança do PMDB. As fricções no interior das frações capitalistas



acerca da forma específica do ajuste, sua profundidade e alcance, tornou visível o conflito latente entre os setores ligados ao capital financeiro e os demais vinculados à indústria/comércio, organizadas em torno da FIESP e federações comerciais. Os grupos empresariais disciplinaram o governo no sentido de que o ajuste não poderia contemplar nenhuma ampliação da já elevada carga tributária. O recuo do governo e seu compromisso de não lançar mão da criação de novos impostos, a exemplo da CPMF, porém, não poderá perdurar indefinidamente e dependerá do curso tomado pela crise.

4. O consenso entre as frações burguesas está em exigir a mais completa demolição dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. O discurso de seus porta-vozes é de que é preciso criar as condições para a redução do custo de produção, elevação da produtividade e retomada das taxas de lucros. A PEC do teto cumprirá o papel de carro chefe das medidas de destruição da educação, saúde pública e habitação entre outras. Ela representa o primeiro teste do governo na realização das reformas antipopulares. Os economistas burgueses e até os tecnocratas do FMI são unânimes em alertar que é preciso ir muito além do congelamento de gastos por vinte anos. A propaganda burguesa e governamental tem colocado a necessidade de redução do Bolsa-Família, dos programas habitacionais e dos benefícios pagos pelo INSS, assim como a regulamentação da terceirização, a ampliação das OS's, a retomada das privatizações, a remodelagem das PPP's, a liberalização comercial, a entrega do Pré-Sal, o fim do Mercosul, etc. Verifica-se que a decadência capitalista não pode permitir o menor bem-estar para a maioria oprimida. A burguesia tem consciência de que sua ofensiva sobre as condições de vida dos explorados pode despertar um amplo movimento nacional que se choque contra o impopular governo golpista. Mas sabe que pode contar com a ação da burocracia sindical cutista e forcista que age, desde longa data, sob o signo da colaboração de classes. Sabe

igualmente que o reformismo petista, que foi incapaz de recorrer às massas para derrotar os golpistas, se perfilará sempre em defesa da democracia burguesa e de uma saída eleitoral para as suas disputas intestinas. Todavia, a contundência da crise não deixará para o conjunto dos explorados outra alternativa senão a de ir às ruas e colidir com os capitalistas e seu governo de turno. A luta de classes, que tem alcançado um grau cada vez mais elevado, colocará, mais cedo ou mais tarde, na ordem do dia, a necessidade de superação da burocracia, da unidade das lutas e da radicalização dos métodos de enfrentamento ao governo. Eis a contrapartida proletária do programa burguês para a crise.

5. O ciclo dos governos petistas permite constatar que a política de alianças com a burguesia só pode conduzir o proletariado e demais explorados a grandes derrotas. Parte da vanguarda e das massas que fazia a experiência com a política de colaboração de classes do PT, não pôde concluí-la e assimilar os fundamentos da política proletária de lutar pela independência de classe e por um poder político próprio dos explorados. A expulsão do PT do Palácio do Planalto antes que a classe operária organizada pudesse se separar do controle da burocracia sindical e voltar-se contra o reformismo traidor foi fundamental para a interrupção desse processo, tal como a ausência do partido revolucionário entre as massas. O PT esteve à frente do governo por 13 anos. Sua ascensão foi possível em razão da crise dos partidos burgueses e seus quadros dirigentes, oligárquicos e impopulares. O PT se projetou na classe operária e na pequena burguesia defendendo distribuição de renda, direitos sociais e ética na política. Despertou, entre as massas exploradas, ilusões na possibilidade de reformas populares e democráticas nos marcos do capitalismo decadente. O paulatino esgotamento dos partidos tradicionais e seus governos, desde a abertura democrática, foi potenciando o PT que alcançou progressivamente a conquista de prefeituras, governos estadu-

- ais e amplas bancadas parlamentares. O caudilho Lula pôde assim projetar-se nacionalmente como liderança operária e chegar à presidência da república, em aliança com partidos burgueses tidos como progressistas. O Governo petista de colaboração de classes, isto é de frente popular, aproveitou-se das condições favoráveis da economia internacional, da alta dos preços das commodities para incentivar o consumo, ampliar os investimentos e desenvolver um programa assistencialista. No ciclo dos governos petistas, os movimentos sociais foram mais facilmente estatizados. O proletariado ficou amordaçado pela burocracia sindical cutista/cebequista. Os camponeses foram aconselhados a frear as ocupações e a esperar pela terra através de programas de assentamento do governo. Os banqueiros tiveram lucros fartos e potenciou-se o agronegócio. A ampla coalizão com PMDB, PDT, PSD, PR, etc assegurou maioria parlamentar ao reformismo e despertou a ilusão de que os governos petistas poderiam ser estáveis e capazes de realizar a necessária assistência aos miseráveis e explorados em geral.
6. A tese marxista segundo a qual a burguesia, ao se ver obrigada a entregar o governo a um partido não orgânico de sua classe, tem necessidade de se aferrar mais firmemente às outras instituições estatais, incluindo o Exército, afim de fazer-lhe um contrapeso e proteger seu regime, confirmou-se plenamente. O STF foi chamado a intervir nas decisões políticas e por cima das disputas parlamentares. A Polícia Federal a agir em completa independência do Ministério da Justiça. O Ministério Público a vigiar o governo e seus membros. O Congresso a funcionar com autonomia nunca antes vista em relação ao Executivo. Enquanto se manteve o crescimento econômico, as crises políticas e os conflitos envolvendo a base aliada do governo, a bancada petista e os partidos de oposição, puderam ser contornados com maior ou menor dificuldade. Na medida, porém, em que a crise política se alimentou da espiral da recessão,

o governo perdeu a capacidade de controle sobre sua base, ampliou sua dependência em relação ao PMDB e entrou numa fase de paralisia, boicotado de todos os lados. A bandeira do impeachment, levantada pelo PSDB, ganhou projeção na medida em que o governo Dilma perdia capacidade de centralizar a maioria das frações burguesas. O PMDB esperou o momento certo para declarar seu rompimento com o governo e assumir a direção do processo de afastamento da presidente. A acusação do uso abusivo de decretos suplementares sem autorização do Congresso e das chamadas “pedaladas fiscais” mostram o quão sem importância era a base jurídica e factual levantada para operar o início do processo de cassação de mandato. A imprensa burguesa e organizações financiadas pelo empresariado como o Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, etc. cumpriram o papel de agitar nas ruas o ódio cego à corrupção desenfreada no governo e à necessidade urgente de sua derrubada para estabilizar a economia e voltar a crescer. O impeachment, apresentado como instrumento democrático e constitucional, não passou de um artifício grotesco para pisotear a soberania das massas na democracia burguesa e depor um governo sem que estas mesmas massas pudessem ser chamadas a decidir. A operação Lava Jato serviu ao propósito político de defenestrar o PT diante dos explorados e golpear seus dirigentes. A prisão dos tesoureiros petistas, o vazamento seletivo de informações e a condução coercitiva de Lula foram espetáculos midiáticos explorados até a exaustão não apenas para depor o governo, mas para ferir mortalmente o PT. O reformismo e o stalinismo reagiram ao golpe com as armas da democracia burguesa. Recorreram a movimentos de rua com fins de pressão parlamentar e aceitaram o mecanismo do impeachment desde que comprovado o crime de responsabilidade. Não havia como quebrar a espinha dorsal dos golpistas por esta via, mas apenas por meio da convocação dos explorados à ação direta partindo da luta por suas rei-

vindicações vitais. O proletariado não atendeu ao chamado petista. O destino do governo ficou, dessa forma, selado. A derrocada do governo Dilma, expôs um PT completamente apodrecido na política burguesa, que recorreu a espúrias alianças com os partidos oligárquicos; que realizou suas campanhas eleitorais milionárias, financiadas pelos capitalistas; que estruturou sua própria quadrilha no seio do Estado burguês e que, não poucas vezes, recorreu ao expediente da repressão contra os movimentos sociais.

7. O Governo Temer é, por sua natureza de classe, um governo burguês e pró-imperialista. Nascido de um golpe institucional, sua ascensão deveu-se exclusivamente à unidade da burguesia para remover Dilma Rousseff. A unidade de sua base parlamentar deve-se ao consenso entre as frações burguesas para a aplicação urgente de um duro ajuste fiscal como resposta à recessão econômica. Trata-se, pois, de um governo de unidade nacional “pós-impeachment”, sustentado por todos os partidos burgueses, à exceção de PDT e REDE. Contudo, é um governo de crise, cujas principais cabeças figuram como quadrilheiros nos esquemas de corrupção sob a mira da Lava Jato. Trata-se de um governo apinhado de conhecidos corruptos e larâpios da república. Temer, desde os primeiros dias de governo, teve de lidar com o envolvimento de seus ministros em falcatruas. A queda de seis ministros em menos de meio ano de mandato indica o quão carcomido e venal é o núcleo principal do PMDB, oligárquico e fisiológico ao extremo. Certamente, a burguesia gostaria que seu amplo programa de cortes orçamentários e destruição de direitos fosse levado a cabo por um “governo mais ético e probo”, ao invés de por uma quadrilha de delinquentes e políticos investigados, mas precisa estabelecer as garantias necessárias para que o governo golpista, uma vez instalado, funcione e trabalhe com rapidez pelo ajuste. Não casualmente, a mídia golpista e o Judiciário têm agido, no limite do possível, para blindar o governo con-

tra investigações e indiciamentos. Por outro lado, tem preocupado o PMDB e aliados, a pressão exercida pelo PSDB sobre o TSE para que se casse o mandato da chapa Dilma/Temer, lhe permitindo assumir a presidência e a condução das reformas. O PSDB, ao mesmo tempo em que integra o governo, tem se atritado com os peemedebistas em torno do ritmo/profundidade das medidas antinacionais. Trava uma batalha surda por assumir o Planalto, ao observar que Temer, acossado pela Lava Jato e outros crimes, vai perdendo as condições morais para governar. Para o conjunto da burguesia, que ainda não se dividiu sobre este problema, é preciso que qualquer nova substituição traumática de governo só possa ocorrer em último caso. Eis por que o PMDB, após sua última crise, buscou selar um acordo com o PSDB que lhe garantisse condições de seguir governando sem ameaças ou sobressaltos. Por sua vez, a grande impopularidade de Temer atesta que o governo não pode administrar senão em completo contraste com as camadas populares. Sua imposição à maioria oprimida é a condição para que a burguesia consiga implantar integralmente as reformas.

8. As eleições municipais de outubro confirmaram a vitória dos partidos golpistas e a derrota da esquerda eleitoreira. PMDB e PSDB saíram como os partidos mais fortalecidos, assim como o PSD de Kassab, o PP e o PSB, governistas. O PT saiu destroçado das eleições municipais, perdendo 60% de suas prefeituras e conquistando apenas uma capital, no Norte. De terceiro partido em número de prefeituras caiu para o décimo. Das 17 prefeituras de cidades com mais de 200 mil eleitores que dirigia em 2012, restou-lhes apenas uma, em 2016. A vitória do PSDB em sete capitais, entre as quais São Paulo e Porto Alegre, a do PRB com Crivella no Rio, indicam que os setores mais liberais e, em menor grau, também os mais conservadores, avançam no domínio do aparato estatal. A propaganda burguesa foi vitoriosa em explorar a imagem de um PT vincula-

do aos escândalos de corrupção na Petrobrás, acusado de transformar os esquemas de fraudes e desvios em sistêmicos e como uma quadrilha que levou o país a quebrar economicamente. Largas camadas das classes médias que votavam com o petismo deram seus votos aos partidos burgueses tradicionais ou a uma diversificada gama de legendas burguesas de médio porte que emergiram com inesperadas conquistas eleitorais. As classes médias tomadas pela raivosa e ruidosa campanha antipetista arrastaram grande parte do proletariado e dos setores mais pauperizados que também rejeitaram o PT nas urnas. O reformismo sofreu uma derrota fragorosa não apenas na capital paulista, como igualmente no seu berço histórico do ABC. Há pressões de setores da burguesia para impedi-lo de disputar as eleições presidenciais em 2018. A ofensiva da Justiça, manejada pelos partidos burgueses, pôs o PT sob a espada de Dâmocles. A prisão do caudilho Lula tornou-se a principal arma para pôr o PT de joelhos diante dos partidos oligarquizados. A sua decomposição interna, a perda de parlamentares, a ameaça de rupturas públicas e as disputas intestinas sobre a sucessão da direção nacional dilaceraram o outrora pujante reformismo. Apesar de sua frágil posição, o PT tem por meta recompor-se como oposição burguesa. Conta certamente com o desgaste de Temer ao aplicar as reformas antinacionais e antipopulares, mas também com os inevitáveis escândalos de corrupção que o atingirão. Os votos nulos, brancos e as abstenções se potenciaram em relação às últimas eleições ultrapassando em várias capitais, os principais candidatos burgueses. Indicam a presença, em uma parte expressiva dos oprimidos, de uma rejeição ao conjunto dos partidos burgueses. Mas os explorados não têm como transformar seu caráter instintivo em consciência de classe, sem a presença do partido revolucionário. No cômputo geral, as massas foram arrastadas, muito fortemente, por detrás dos partidos burgueses. Esse foi o resultado da crise do petismo.

9. A crise do petismo expressou, em última instância, a falência da tese de que era possível realizar reformas nos marcos do capitalismo agonizante. Seu fracasso em democratizar o Estado oligarquizado, em distribuir renda, em solucionar o problema da terra e da soberania nacional, assim como em compatibilizar a defesa da lucratividade do capital com a promoção de programas sociais voltados às camadas mais pobres, teve profundo impacto sobre as classes médias. O reformismo ascendeu em razão da decrepitude dos partidos burgueses tradicionais. O esgotamento de seu ciclo e sua posterior crise, resultado de seu apodrecimento burguês, de sua incapacidade de acaudilhar os explorados para solucionar as tarefas democráticas pendentes da economia atrasada; sua queda e expulsão do governo, conspurcado intensamente pela mídia burguesa, abriu caminho não apenas para o deslocamento eleitoral das massas à direita, de volta aos partidos burgueses tradicionais, como para a ascensão dos meios burgueses mais reacionários. A experiência histórica nos ensina que, sob determinadas circunstâncias políticas - entre as quais se conta a ausência do partido revolucionário -, o fracasso dos governos socialdemocratas, incapazes de solucionar a grave crise social, pode resultar no avanço das tendências mais direitistas da burguesia, inclusive fascistas, que ganham projeção no interior das classes médias. O crescimento, no último período, da influência política de grupos evangélicos reacionários, reforçado pela vitória de Crivella no Rio, dos setores semi-fascistas de tradição militar; dos liberais, como João Dória em São Paulo, estranho à política tradicional do PSDB; a ocupação do Congresso por manifestantes pró-intervenção militar; o aumento entre as classes médias de apoiadores do direitista Bolsonaro com capacidade para arrastar algumas camadas dos mais pobres, todas essas variantes são distintas expressões da poderosa ofensiva ideológica da burguesia, que ganhou projeção diante do colapso da política traidora do reformismo.



A necessidade imediata de depor o governo Dilma impôs a unidade pontual dos mais díspares setores da direita burguesa. A vitória destes diferentes setores nas últimas eleições municipais prenuncia futuros choques interburgueses. A sua relação com o governo golpista, a unidade provisória em torno de Temer, que comparece como um Governo de unidade nacional, estará determinada pelo desenvolvimento da crise econômica e da reação que as massas ofereçam nas ruas, especialmente da pequena burguesia. A resposta proletária à ofensiva reacionária da burguesia consiste na firme defesa da frente única sindical, isto é, na bandeira da unidade dos explorados na luta concreta. As forças semifascistas ou religioso-conservadoras só poderão ser derrotas pelos explorados organizados e com a mobilização do proletariado e campesinato pobre a partir de suas reivindicações mais imediatas.

10. A classe operária, os camponeses, o movimento popular e a juventude explorada não têm reagido à altura da profunda crise econômica e dos ataques virulentos da burguesia. A defesa de suas condições de vida, dos salários, empregos, terra, moradia, saúde não tem sido preparada pelas direções reformistas e estalinistas à frente dos movimentos. Todavia, as ocupações nas escolas públicas, nos Institutos Federais, nas Universidades contra o corte de verbas e a PEC do teto, as greves do funcionalismo federal, dos professores universitários, os bloqueios de estradas, e a profusão de pequenos atos por todos os lugares têm demonstrado que há uma tendência nacional de luta e resistência entre os explorados. No entanto, as centrais sindicais que constituem a Frente Brasil Popular, como CUT, CTB, além de UNE, MST têm se colocado apenas pela convocatória de atos nacionais, e rechaçado peremptoriamente a convocação da greve geral. Além disso, não têm se colocado pela convocação de plenárias estaduais de base, congressos extraordinários, assembleias por categoria para discutir e preparar a resistência aos ataques patronais. O

reformismo e o stalinismo, que dirigem a maioria dos sindicatos e organizações de massa, têm imposto o colaboracionismo classista. Procuram submeter a luta ao limite da pressão parlamentar. O fato do sindicato metalúrgico do ABC ter recebido o Ministro do Trabalho de Temer para suplicar a mediação do governo contra a demissão de 1.870 metalúrgicos da Mercedes é uma demonstração de como a burocracia tem se recusado a enfrentar as demissões e os cortes de salários, que atingem a classe operária, com a luta firme e unitária. Por sua vez, o apoio do PT a Rodrigo Maia do DEM para a presidência da Câmara dos Deputados foi um claro indicador de que o PT aceitou o veredito do Impeachment e acatou as regras dos golpistas, voltando a trabalhar disciplinadamente como oposição leal no parlamento. Está obrigado a mostrar à burguesia que não trabalhará para inviabilizar as reformas, por meio de uma Greve Geral ou qualquer movimento nacional de massas, mas apenas para delimitar-se do governo e desgastá-lo nas votações do Congresso. Rejeitando a PEC 55 e defendendo formas alternativas de ajuste que penalizem o menos possível os explorados e mantenha os programas sociais, o PT procura ocultar que o governo Dilma foi quem iniciou o ajuste fiscal com o Plano Levy e que suas medidas sobre o seguro defeso, o seguro desemprego, a pensão por morte, o abono salarial sacrificava igualmente os trabalhadores e demais explorados. Ao lançar mão de propostas como referendo popular para decidir sobre a PEC ou a taxação de grandes fortunas como contraposição à PEC, o PT expõe toda a miséria política do reformismo ao deixar claro que rejeita derrotar nas ruas um ataque sem precedentes sobre as massas. Obscurece o âmago da questão que é o do pagamento pontual e severo da dívida pública e seus juros bilionários, com o qual tem acordo e praticou largamente em seus governos. O reformismo petista é incapaz de contrapor-se à sangria orçamentária descomunal da dívida para beneficiar banqueiros e rentistas. A tarefa

dos explorados é romper todo o engodo e falsidade do reformismo, rejeitando qualquer tipo de medida econômica que descarregue os piores ataques sobre os assalariados. Precisam opor ao ajuste fiscal do golpista Temer o cancelamento imediato e o desconhecimento das dívidas interna e externa e a estatização dos bancos sob controle operário.

11. As manifestações nacionais convocadas pelas centrais, os diversos movimentos locais e regionais como a ocupação da Assembleia Legislativa do Rio, as ocupações de escolas, universidades e Institutos e as greves no funcionalismo tem despontado como uma primeira reação das massas à crise e às medidas de ataques dos governos. As próximas arremetidas da União e dos Estados sobre os explorados tenderão a reforçar as tendências de luta e unidade entre os explorados. A burguesia, seja sua fração mais oligárquica, seja a mais liberal, sempre destilou uma aversão incontida aos movimentos e até ao reformismo eleitoreiro. Suas organizações, inclusive as mais permeáveis à propaganda semifascista, tanto civis quanto militares, têm agido com violência e seletivamente sobre as atividades promovidas pelos movimentos sociais. Já durante o cerco ao governo Dilma a reação burguesa e pequeno-burguesa incitava massivamente o ódio contra as organizações de esquerda. A consumação do golpe institucional não reverteu esta tendência, mas ao contrário. O Estado policial no Brasil sempre agiu para reprimir as rebeliões dos explorados. A justiça de classe sempre primou por castigar as lideranças e intervir em favor dos patrões. Todavia, em razão da profunda crise que se desenvolve e da necessidade de blindar os governos contra a reação das massas organizadas, a burguesia tem ligado o sinal de alerta contra os movimentos populares. Os assassinatos de camponeses em Rondônia, a decisão do STF de mandar cortar os salários de servidores em greve, a invasão da escola do MST por um contingente policial sem mandato judicial, a ação de grupos semifascistas

contra ocupações de escolas no Paraná e São Paulo, a autorização da Justiça para uso de equipamentos sonoros de tortura contra os ocupantes de escola no DF e a prisão de lideranças e manifestantes, entre outras medidas, são claros exemplos disso. As organizações dos explorados não podem ficar passivas diante do avanço da violência organizada do Estado e dos leões de chácara da pequena-burguesia abastada; precisa responder com a formação de comitês de autodefesa no interior dos movimentos e responder a violência reacionária com a violência revolucionária. As condições concretas da luta podem determinar, em situações bem específicas, a necessidade do enfrentamento com a pandilha de reacionários e semifascistas. O fortalecimento dos movimentos e a solidariedade dos trabalhadores em suas lutas criarão as condições para um enfrentamento consequente à investida contrarrevolucionária da burguesia.

12. A crise econômica e a crise política instaladas alcançaram o maior nível das últimas duas décadas. A deposição do governo petista não solucionou a crise política. As investigações da Lava Jato, as sucessivas delações de antigos caciques caídos em desgraça, as revelações de listas de políticos financiados por empreiteiras são o produto da luta interburguesa que ganhou força nos últimos anos. Os políticos burgueses, seus partidos e federações empresariais, interessados em banir o PT, tiveram de permitir a ação de forças que revelassem a podridão das quadrilhas e seus esquemas. As classes médias foram mobilizadas e sua fúria anticorrupção despertadas. Uma vez postas em ação estas forças, voltadas todas contra o lulo-petismo, os órgãos estatais acabaram por revelar demais sobre as imundícies do jogo sujo das quadrilhas. Para os partidos burgueses, a Lava Jato já cumpriu seu papel de expurgar o PT, e precisa o quanto antes encerrar suas funções. A exposição do PMDB, do PP, do PSD, do PTB, DEM e até do PSDB com denúncias atingindo Serra, FHC e Aécio

mostram as dificuldades em sustar a atividade dos órgãos de investigação com o mínimo de desgaste possível. As tendências semifascistas despertadas ganharam relativa força e apoiadas na desilusão das classes médias projetam-se ora em unidade ora em choque contra os partidos burgueses tradicionais.

13. A crise do poder burguês, a debacle econômica que se aprofunda e a passagem de setores das massas a ações cotidianas e cada vez mais amplas e ousadas, tendem a se chocar com o governo que impõe as medidas antinacionais e antipopulares. O que ressalta a necessidade da presença decisiva do proletariado na luta de classes. A crise econômica tem impactado sobre a vida dos explorados, mas ainda não mostrou toda sua potência destrutiva. As medidas voltadas a beneficiar os capitalistas e melhorar sua lucratividade às custas da desintegração das condições de vida da maioria oprimida, provocarão certamente revoltas nacionais como já se vê nos estados e municípios. Os movimentos impulsionados pelo funcionalismo, juventude e professores têm ganhado destaque pelos métodos operários de ocupação e bloqueio de vias, mas não contam ainda com a ação do proletariado fabril ou dos camponeses sem terra, decisiva para derrotar o governo golpista. A classe operária, em grande parte, permanece ainda à margem dos movimentos contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. Todavia a luta por emprego e salários, ocorrida em setores estratégicos como metalúrgicos e petroleiros, em junho-setembro de 2016, demonstra que há uma tendência que pode potencializar-se em razão da crise. A experiência com os inócuos acampamentos e protestos passivos na Via Anchieta contra demissões na Ford, Volks, Mercedes e Keiper em 2015 e 2016, reforça a tese de que as demissões e os cortes de salários só podem ser respondidos, à altura, por meio das greves com ocupação de fábrica. As revoltas instintivas dos explorados não têm encontrado uma direção firme e consequente capaz de assegurar a unidade na luta e

aplicar os métodos de ação direta para quebrar a resistência dos patrões e seus governos. As rebeliões das massas, que se acentuarão com os efeitos devastadores da crise capitalista, revelarão com nitidez a profunda crise de direção revolucionária. As direções cutista e stalinista não se colocam por organizar os explorados desde as fábricas, escolas e bairros. Aguardam se recompor eleitoralmente e fazem seus cálculos para 2018. As correntes que se colocam no campo da esquerda socialista, ampliam suas cisões e distanciam-se da unidade sob o programa do marxismo-leninismo-trotskismo. O racha à direita do PSTU que deu origem ao MAIS, a capitulação do PCO ao reformismo, o alinhamento dos estalinistas do PCB e dos morenistas da NOS/PRT com o reformismo psolista e as alianças eleitorais deste último com partidos burgueses, mostram as terríveis dificuldades de se atuar na vanguarda para a constituir o partido-programa. O POR comparece como o embrião do partido revolucionário. Sua pouca inserção impede a superação da política de colaboração de classe cutista/forcista. Para fundir-se com as massas está obrigado a elevar seus quadros e ajustar continuamente sua tática às etapas da luta. Os combates em profusão, que se avizinham, colocarão à prova o programa, os métodos e a tática das mais variadas organizações. O POR tem diante de si a tarefa de opor ao programa centrista e reformista para a crise, o programa de transição da IV Internacional. O desenvolvimento da luta de classes, na presente situação política, permite que se dê um importante passo na luta pela superação da crise de direção, tarefa histórica que significa derrotar ideologicamente as manifestações da política burguesa e pequeno-burguesas nos seio do proletariado.

## Resolução sobre o Nordeste

1. A região Nordeste, em suas relações econômicas, sociais e políticas, manifesta de maneira mais aguda as principais contradições do Brasil semicolonial. O desenvolvimento capitalista avançado em certos polos industriais e o predomínio de formas pré-capitalistas expressam a lei do desenvolvimento desigual e combinado.
2. Embora o Brasil colonial tenha concentrado sua produção agroexportadora no Nordeste, este peso vai se modificar a partir do século XIX e XX. O processo histórico no Brasil colocou a região Sudeste como a mais desenvolvida do país, subordinando a região Nordeste. Esta preservou em grande medida a oligarquia exportadora vinculada ao imperialismo e responsável pelo profundo atraso e miséria das massas camponesas. Essas raízes históricas conservaram, em grande medida, o pré-capitalismo e se converteram em um bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas.
3. As principais teses desenvolvimentistas para o Nordeste têm como fundamento o subsídio estatal e o crédito para a burguesia nacional ou internacional incentivar a indústria. Colocam a resolução do problema nas mãos de governos que tenham como diretriz uma política nacional-reformista. Todas as experiências históricas realizadas neste sentido, especialmente a última

com os governos petistas, demonstram a impossibilidade do desenvolvimento harmônico das forças produtivas, sob o capitalismo. Particularmente a industrialização da região.

4. O reformismo petista reeditou as teses fracassadas do nacional-desenvolvimentismo voltadas à região. Em uma conjuntura extremamente favorável de comércio mundial em crescimento, os governos de Lula e Dilma aplicaram uma política de fortes subsídios a setores industriais, de infraestrutura, intervencionismo estatal e distribuição assistencialista. As consequências da crise mundial capitalista puseram abaixo estas medidas. Os estados que mais desenvolveram sua indústria agora são os mais afetados pela recessão.
5. O Brasil semicolonial conformou um Estado oligárquico em que os setores historicamente vinculados à exportação de matérias primas do campo têm um peso político muito superior à sua participação econômica, especialmente se comparado ao Sudeste. Essa característica não será transformada sob as relações capitalistas de produção. Essas oligarquias precisaram dessa representação deformada no interior do Estado para canalizar os recursos públicos a fim de potenciar seus negócios. Grandes empresas nacionais foram forjadas por este processo histórico desde a ditadura militar, porém, sob os governos nacional-reformistas, ganharam projeção internacional e passaram a atritar com interesses do imperialismo.
6. Na direção oposta, as oligarquias do Sul e Sudeste, que expressavam a chamada indústria nacional, atravessaram um processo de profunda desnacionalização, chegando ao ponto em que ramos fundamentais da economia passaram ao controle direto do capital financeiro internacional. Os partidos burgueses destas regiões tornaram-se canais das pressões do imperialismo. A grande regressão por que passou a indústria, particularmente a nacional, criou as condições mais favoráveis para que o capital estrangeiro pudesse assimilar



boa parte das indústrias do país.

7. Esses movimentos das frações burguesas são decorrentes do aprofundamento da decomposição do capitalismo mundial. Cada fração procura se preservar diante das tendências de destruição geral das forças produtivas. Expressam a trajetória de maior penetração do capital financeiro internacional que pode entrar em atrito com interesses particulares das frações da burguesia nacional. Esses fatos põem por terra as teses do estalinismo contrarrevolucionário que formulava a necessidade de aliança do proletariado com os chamados setores progressistas da burguesia nacional (a indústria) contra os da velha oligarquia agrária vinculada tradicionalmente ao imperialismo. O que se vê hoje é uma indústria nacional desnacionalizada e nas mãos reacionárias do capital financeiro internacional e setores oligárquicos que procuram defender uma empresa nacional parasitária do Estado diante das pressões do imperialismo. Não se trata de se colocar ao lado de nenhuma destas frações, ambas se mostraram impotentes para realizar as tarefas democrático-burguesas pendentes no País.
8. A iniciativa de frações burguesas oligárquicas de construir fortes empresas de capital nacional beneficiárias do Estado não impediu que progredisse a desnacionalização geral da economia da região. Vários setores originalmente vinculados ao capital nacional passaram às mãos estrangeiras. Setores oligárquicos historicamente vinculados à agroexportação ampliaram sua ligação com o imperialismo, seja associando-se a ele, seja passando-lhe o controle acionário. Todas essas movimentações mostram que a burguesia nacional, apesar dos atritos, sempre conclui submetida ao imperialismo.
9. A superação do profundo atraso do Nordeste vincula-se assim à luta anti-imperialista e anticapitalista da nação oprimida contra as nações opressoras. O desenvolvimento industrial concentrado fortemente em alguns polos formou um significativo proletariado in-

dustrial e agrícola na região. Essa é a classe revolucionária por excelência que terá de que encabeçar uma aliança com os camponeses pobres arrastando detrás de si os outros setores oprimidos. O fim dos desequilíbrios regionais, que afetam poderosamente o Nordeste, e a solução do problema da unidade nacional é parte da emancipação do País que, por sua vez, está atrelada à luta do conjunto dos países do continente. A tática da frente única anti-imperialista, a estratégia da revolução e ditaduras proletárias e a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina permitem travar a luta geral para alcançar o socialismo e atingir um desenvolvimento harmônico e integrado das forças produtivas.

# Resolução sobre o movimento estudantil

1. O movimento estudantil tem se levantado contra o governo pró-imperialista de Michel Temer/PMDB. Desenvolve uma luta defensiva contra a PEC 55, as reformas do ensino médio e a lei da Escola sem Partido, em inúmeros estados. Na base das grandes manifestações, das ocupações de escolas, dos institutos federais, de universidades e de bloqueios de avenidas, está o avançado grau de destruição do ensino, reflexo do esgotamento histórico do capitalismo. Já são conhecidas as péssimas condições das escolas públicas em todo o país, cuja estrutura precária volta e meia é motivo de paralisações e protestos de pais, alunos e professores. As medidas que virão com a definição de um teto dos gastos tornarão as condições de ensino ainda mais insuportáveis. O capitalismo se desintegra e golpeia com violência a escola pública. Toda a propaganda dos governos em torno da valorização da educação, da melhoria da aprendizagem e de uma escola mais dinâmica se desfaz diante da realidade. A escola mal consegue alfabetizar, não permite a elevação político-cultural e é um cárcere temporário de milhões de jovens e adolescentes. Os protestos nacionais que denunciam o caráter anticientífico e antipedagógico das medidas adotadas pelo governo golpista de Temer, através da MP 746 e Escola Sem Partido, mostram que o único caminho possível para se contrapor

a esses ataques é por meio da ação direta de massas. Uma nova escola será produto de uma nova sociedade. O que nos coloca na luta pela defesa da escola científica, luta histórica do proletariado que deve ser também a dos estudantes e professores por expropriar a propriedade privada da burguesia e colocar os meios de produção sob o controle dos explorados, o que possibilitará a união do ensino com a produção social, ou seja, a união da teoria com a prática.

2. A reforma do ensino médio de Mendonça Filho/Temer vem mascarada de formação técnica. E falseia com a promessa de que por essa via a juventude se preparará para o emprego. De fato, visa a mudanças na grade curricular, eliminando a obrigatoriedade de algumas disciplinas. Estipula uma base nacional comum obrigatória, com duração de um ano e meio e o restante em áreas de conhecimentos/habilidades, a depender de cada sistema de ensino, que poderão ser ministradas por pessoas de “notório saber”. As consequências: fechamento do período noturno, expulsão dos alunos que não podem estudar em tempo integral, ampliação das parcerias público-privadas, precarização dos contratos de trabalho e degradação geral do ensino. Não resta dúvida, que mais uma vez a burguesia recorre ao chamado ensino técnico-profissionalizante, para ocultar a falência da escola pública. O certo é que o capitalismo já não tem como desenvolver as forças produtivas em grande escala. Ao contrário, a crise econômica indica que forças produtivas vêm sendo destruídas, entre elas uma parte significativa da força de trabalho. A juventude arca profundamente com a opressão do capitalismo em decomposição, enfrentando o desemprego em massa e a impossibilidade de manter-se na escola. Esse é o problema fundamental que a reforma do ensino médio disfarça com a suposta formação profissionalizante e com o ensino de tempo integral.
3. A ruidosa campanha de ódio e desmoralização movida pela burguesia contra o PT preparou as condições para

que os setores mais reacionários, em geral ligados à pequena burguesia, trouxessem à luz o projeto de lei da Escola sem Partido. Seu objetivo é fechar o cerco sobre as esquerdas e inviabilizar qualquer atuação no interior das escolas. Para estes setores, impulsionados e dirigidos a partir da bancada evangélica, o Estado não pode permitir que a escola seja utilizada como arma política para o que chamam de “doutrinação marxista” da juventude. Sob a máscara do respeito ao ensino objetivo, ao aprendizado isento de conotações religiosas e ideológicas, esconde-se o objetivo de castrar o pensamento livre, tolher o debate político nas escolas e instaurar a perseguição a professores e estudantes que se reivindicam do socialismo.

4. A numerosa massa estudantil não forma uma classe social. Porém, é sobre a juventude do proletariado, do campesinato e das camadas mais arruinadas da pequena burguesia que recaem as piores chagas da sociedade burguesa em decomposição. A juventude está chamada, desde muito cedo, a concentrar-se na escola. Assim tem a possibilidade de iniciar suas primeiras lutas ao redor da questão do ensino, da sua defesa e contra os planos governamentais. Nas escolas, a juventude pobre rebela-se contra as normas autoritárias, emanadas da burocracia estatal, a qual não compreende e da qual nunca é chamada a participar. Esta revolta, todavia, é instintiva e individual; assume formas anárquicas como rebeliões contra a burocracia gestora e a destruição do próprio ambiente escolar. O baixo nível de consciência política está por trás deste fenômeno e explica porque a enorme massa estudantil, não consegue se contrapor, de forma organizada e consequente, às direções escolares, que são os principais obstáculos à passagem da escola ao controle de quem estuda e trabalha. A despolitização tem marcado profundamente a maioria estudantil, o que abre espaço para a penetração das religiões, que pregam passividade, submissão ao Estado e combate às lutas coletivas.

A ausência de uma rede de grêmios livres e entidades estaduais e metropolitanas é um obstáculo para o desenvolvimento da luta estudantil organizada. Trata-se de constituir uma direção revolucionária que lute pela organização independente dos estudantes.

5. O movimento estudantil secundarista e universitário, após um prolongado período de paralisia, tem se tornado a força mais dinâmica dos explorados, na atual situação política. Um dos marcos da retomada da luta esteve nos protestos de rua contra o aumento das passagens e pelo passe livre, que se entroncaram com as jornadas de julho de 2013. Outro consistiu nas ocupações de escolas em São Paulo, Paraná, Goiás, Ceará etc., que enfrentaram diretamente os governos e seus planos de destruição da educação. O ascenso atual do movimento estudantil expôs seus pontos fortes, como a força numérica e uso dos métodos radicais; mas permitiu revelar também suas fraquezas, como a baixa politização e as deficiências organizativas. A entrada em ação da juventude, porém, abre espaço para a penetração das ideias revolucionárias. Sem a formação de uma fração marxista-leninista-trotskista no movimento estudantil não será possível quebrar a influência nefasta da burguesia e se contrapor eficazmente às burocracias estudantis do reformismo burguês e do estalinismo.
6. Os estudantes secundaristas, desde há muito, tem se apropriado do método da ação direta. São incontáveis as vezes em que se valeram de manifestações, de atos públicos, de bloqueios de rua e até da greve estudantil para alcançar suas reivindicações. No último período, entretanto, têm ganhado fôlego as ações de ocupação de escolas. Trata-se de uma experiência nova para a juventude pobre e as camadas pequeno-burguesas que encarnam a defesa do ensino público. As ocupações permitem arrancar a escola do controle dos governos e colocá-la diretamente sob a guarda dos estudantes. Dessa forma, desenvolvem o embrião da autonomia

escolar que não pode ser tolerada pelo Estado, empenhado em atacar a educação. As ocupações de escolas de São Paulo em 2015, e do Paraná, em 2016, consistiram até aqui, nas duas maiores experiências deste tipo no movimento estudantil. As ocupações são parte inseparável do método da ação direta, nascido das entranhas da classe operária, em sua luta de morte contra os patrões. Foram assimilados pelos estudantes em seus movimentos contra a destruição do ensino. O primeiro grande movimento de ocupação, em São Paulo, teve sua raiz mais imediata na experiência chilena da “revolta dos pinguins” de 2011. Esta, por sua vez, foi profundamente marcada pelas lutas do proletariado chileno e suas ocupações de fábrica. A vitória das ocupações contra Alckmin, que teve de recuar temporariamente em seu plano de reestruturação escolar, permitiu que fossem generalizadas, posteriormente, por todo o país. Estes métodos radicais de luta, compreendidos pelos secundaristas, contaminaram a juventude universitária, que já acumulava experiência com acampamentos e ocupações de reitorias. No nordeste, as ocupações têm sido a forma predominante das lutas empregadas por secundaristas e universitários em rechaço aos cortes orçamentários efetuados por Temer e pelos governos estaduais. Todos os estados da região registraram episódios de ocupação de escolas por secundaristas e de faculdades, institutos, departamentos e centros universitários por estudantes do ensino superior. Tanto o avanço ou recuo do enfrentamento estudantil, assim como a perspectiva de vitória sobre o governo golpista, estão determinados pela disposição de luta, capacidade de ação organizada e pela possibilidade de romperem o isolamento, atraindo o apoio dos explorados e contando com a ação decisiva do proletariado.

7. Entre as ocupações de secundaristas no nordeste, destacaram-se as efetuadas no Ceará, que tiveram longa duração e envolveram um número considerável de es-

colas em sete municípios. As ocupações ocorreram logo após o início da greve dos professores, o que permitiu à vanguarda estudantil se apoderar das escolas paralisadas. O movimento ganhou repercussão e aumentou a pressão sobre o governo Camilo/PT para que as reivindicações da educação fossem atendidas de conjunto. A principal debilidade do movimento esteve, desde o início, em não ser protagonizada pela massa de estudantes dispersa pela greve. A vanguarda que ocupou as escolas não teve como atrair as bases estudantis, senão apenas muito parcialmente, para as atividades programadas pelos ocupantes. Em algumas escolas, as direções se colocaram contra o movimento e o sabotaram o quanto puderam. Em outras, os estudantes expulsaram as direções e se apoderaram de chaves e espaços. A vanguarda secundarista não soube ganhar o apoio de moradores e comunidades próximas para a causa das ocupações, o que facilitou o trabalho do governo e da imprensa de difamarem as ações estudantis. As ocupações não contaram com a presença de grêmios ativos, livres e independentes em seu apoio, assim como da necessária centralização estudantil, por meio de uma poderosa entidade secundarista. As ocupações permaneceram, na maioria dos casos, isoladas por bairro. As assembleias estudantis, convocadas desde o início do movimento, como forma de aglutinar as escolas ocupadas, fracassaram no seu objetivo de conquistar a unidade e a ação centralizada. Sem conseguir cumprir seus próprios encaminhamentos, tornaram-se formais e esvaziaram-se. As tentativas de realização de manifestações massivas foram fraturadas pela política das direções, que se mostraram incapazes de unificar o movimento estudantil. A mobilização espontânea que foi, de início, a força do movimento revelou, por fim, seus limites. Os autonomistas e direção burocrática das entidades estudantis aproveitaram para promover o divisionismo e bloquear a organização coletiva e independente da juventude em luta. No entanto, as ocu-



pações, malgrado seus limites, arrancaram do governo importantes algumas concessões financeiras, isto é, obtiveram uma vitória parcial, porém, não puderam resistir ao fim da greve dos professores. Conclui-se que a juventude explorada, para alcançar a vitória, está obrigada a apropriar-se da estratégia, da tática e dos métodos da classe operária. A vanguarda que protagonizou as ocupações saiu delas mais politizada e experimentada. Está chamada a fazer parte da constituição de uma direção revolucionária, que terá a tarefa de extrair as devidas lições da luta, buscar o caminho da reconstrução dos grêmios e assimilar do programa proletário.

8. A burguesia não pode tolerar que a juventude reaja nacionalmente à reforma destruidora do ensino com os métodos da ação direta. Para isso tem necessidade de lançar mão da repressão policial e da judicialização das ocupações. A ação truculenta da PM contra as manifestações de rua dos ocupantes de escolas em São Paulo; a invasão de escolas ocupadas e a prisão temporária de lideranças estudantis sem mandato judicial em Campinas e Rio de Janeiro; a abertura de processo criminal contra os secundaristas no Ceará; a determinação da justiça de que PM e Conselho Tutelar entrassem nas escolas ocupadas do Paraná para fazer revista nos alunos, são exemplos de que a burguesia precisa agir com violência estatal para impedir o avanço das ocupações. A repressão policial à ocupação do Centro de Ensino Ave Branca, no Distrito Federal, com a proibição de entrada de alimentos, de visita de parentes e uso de equipamentos sonoros de tortura para privação do sono, mostram até onde a burguesia pode chegar para deter as ocupações secundaristas. Para os governos, a criminalização dos movimentos sociais precisou voltar-se também contra estudantes secundaristas e universitários. A morte do estudante Guilherme, pelas mãos do próprio pai, que odiava o movimento estudantil, reflete o grau de intolerância contra a ação dos oprimidos, que tomou conta dos meios burgueses

e pequeno-burgueses. Nesse intento, os governos não contam apenas com seus efetivos policiais e judiciários para intimidar os lutadores. Tem à sua disposição a formidável ajuda dos agrupamentos semifascistas, reunidos no MBL e outras organizações, que atacam escolas, provocam estudantes e agredem ativistas. Trata-se de bandos estimulados pela direita burguesa e pequeno-burguesa, que tem conseguido reunir uma parte da juventude sob posições reacionárias. Com o pretexto de lutar pela reabertura das escolas para os alunos que desejam estudar, estimulam a intolerância e a criminalização dos movimentos, realizando atos provocativos na porta das escolas ocupadas. A resposta proletária para a juventude oprimida está na formação dos grupos de autodefesa nas ocupações, em todo o movimento estudantil e na unidade dos explorados para esmagar o nascente fascismo.

9. O movimento estudantil encontra-se sob profunda influência do stalinismo e do reformismo burguês. Seu domínio sobre as organizações de massa dos estudantes é expressão da crise de direção que atinge a juventude. A UJS e os diversos grupos do PT (JPT, Kizomba, Núcleo Popular, etc.) que dirigem a UNE e a UBES, agem para submetê-la à política de colaboração de classes. Durante os treze anos do governo da frente popular, arrastaram os estudantes para o apoio à reforma do ensino introduzida pelo reformismo. O Reuni, o ProUni, o Fundeb, o novo PNE, o Fundo Social do Prê-Sal e as cotas raciais foram apontados como programas que transformariam profundamente a educação brasileira, permitindo ampliação do acesso, mais recursos e valorização salarial. O governo petista, porém, fracassou em solucionar a crise da educação, favoreceu o empresariado ligado às faculdades privadas, aplicou o arrocho salarial sobre servidores e professores das universidades federais e, diante da crise, efetuou profundos cortes no orçamento do MEC. Diante das lutas grevistas, desenvolvidas por professores e estu-

dantes das universidades, as direções da UNE e UBES atuaram para quebrar a resistência dos explorados e amortecer o choque com o governo. A política traidora das direções revelou o elevado grau de estatização das organizações estudantis. Sua integração à política burguesa e sua dependência face ao Estado evidenciaram que, mesmo com a passagem da UNE e UBES à oposição ao governo golpista, tal oposição subordina-se ao objetivo do PT de se reabilitar como oposição burguesa. Não será possível a elas desenvolver uma política independente senão pela via da expulsão das direções traidoras e constituição de uma nova direção, revolucionária. Ao reagirem ao golpe, convocando os estudantes a confiarem na democracia burguesa e a defenderem uma saída institucional para a crise, revelaram sua completa impotência para enfrentar a ofensiva burguesa e suas reformas antinacionais e antipopulares. O reformismo burguês e o stalinismo não podem oferecer aos estudantes, nas suas heroicas ocupações, mais do que a miserável bandeira do “Fora Temer” e “eleições diretas”. Não têm como projetar nacionalmente as lutas estudantis a partir das ocupações, por meio da convocação de congressos, plenárias e assembleias que preparem a ação direta e unitária de massas sob os métodos da classe operária.

10. Os agrupamentos anarquistas, libertários e autonomistas, em sua maioria, tiveram influência funesta sobre as ocupações. Agiram para reforçar o preconceito contra os partidos, incentivar a fragmentação do movimento e promover ações radicais desvinculadas das massas. Ao impulsionarem a descentralização do movimento, reforçaram as tendências espontaneístas das ocupações, que ocorriam sem qualquer direção, e contribuíram para sua dispersão e isolamento. Fortaleceram, dessa forma, as condições para que os estudantes não enfrentassem coesos a pressão dos governos. A defesa de que as assembleias estudantis rejeitassem as falas de estudantes como membros de partidos,

concedendo-a na medida em que intervissem apenas como estudantes, expressaram sua posição de inimigos da democracia operária. A recusa por princípio, em participar de qualquer negociação com os governos, a predisposição por ações radicais de vanguarda, a incapacidade de dotar o movimento de uma direção firme e capaz, ocultado com discursos de horizontalidade dos movimentos, demonstra toda a inconsequência política dos grupos autonomistas.

11. A vitória da juventude pobre sobre o governo golpista e seus planos antieducacionais só será alcançada com a constituição de uma direção revolucionária e da unidade do movimento estudantil com a classe operária. A disposição de luta demonstrada pelos estudantes em defesa do ensino público, que os levaram a assumir os métodos operários, não garante por si própria a vitória. A firme resistência esboçada, inesperada tanto para o governo quanto para as direções da UNE-UBES, faz saltar aos olhos a necessidade de uma direção à altura dos combates. As ocupações de escola ocorreram por fora dos organismos tradicionais do movimento estudantil. Os grêmios, as uniões estaduais, etc estiveram distantes e em alguns casos em contraposição ao movimento de ocupação das escolas. A particularidade do movimento estudantil, de apresentar maior fluidez de ação, comparada à rigidez burocrática dos sindicatos, permitiu que a juventude realizasse as ocupações a despeito da política de conciliação de classes de suas direções. Esta mesma fluidez na luta, permitirá sua aproximação ao marxismo revolucionário. A tarefa colocada está em fortalecer as ocupações por meio das assembleias estudantis de secundaristas e universitários e a aprovação de um plano de lutas. A juventude deve rejeitar os métodos da pressão parlamentar. O movimento deve combinar a tática de ocupações com os bloqueios de avenida e as manifestações de rua, que permitem paralisar a circulação e atingir os lucros da burguesia, principal interessada nas reformas. A ju-

ventude, porém, não tem como, sozinha, fazer retroceder o governo. Os limites da luta revelam a necessidade de unir o conjunto dos explorados. A classe operária, pelo lugar que ocupa no coração da produção econômica, está chamada a ocupar o papel de primeira ordem. Apenas sob a política do proletariado, a juventude poderá encontrar o caminho da vitória, derrotar o conjunto de ataques à educação e desenvolver o sistema único de ensino, público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social.



---

Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo  
***www.pormassas.org -- facebook.com|massas.por -- anchor.fm|por-massas***

---